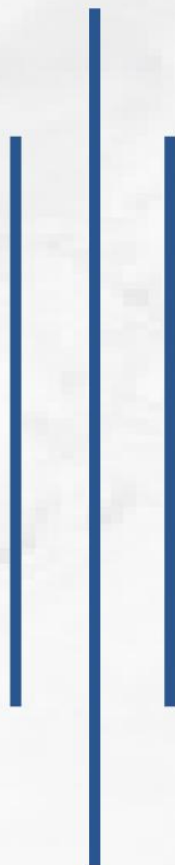


DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



1º Trimestre de 2025



Sumário

Balanços Patrimoniais	3
Demonstrações dos Resultados.....	4
Demonstrações dos Resultados Abrangentes	4
Demonstrações dos Fluxos de Caixa.....	5
Demonstrações dos Valores Adicionados.....	6
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	7
1. Contexto operacional	8
2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras	9
3. Políticas contábeis e correção de erros	10
4. Caixa e equivalentes de caixa	11
5. Clientes	12
6. Créditos tributários	13
7. Ressarcimento de pessoal cedido a órgãos externos	14
8. Créditos diversos	14
9. Ativo não circulante mantido para venda	15
10. Depósitos judiciais e recursais	15
11. Créditos realizáveis a longo prazo	15
12. Imobilizado	16
13. Intangível.....	17
14. Consignações	17
15. Tributos e encargos sociais.....	18
16. Obrigações a pagar.....	18
17. Pessoal a pagar e encargos trabalhistas.....	18
18. Participação nos lucros ou resultados.....	19
19. Dividendos e Juros sobre capital próprio.....	19
20. Outras obrigações.....	19
21. Obrigações tributárias.....	19
22. Provisões trabalhistas, cíveis, administrativas e fiscais.....	20
23. Benefícios a empregados.....	22
24. Benefício a empregados - Pós-emprego	23
25. Patrimônio líquido.....	24
26. Resultado do exercício.....	25
27. Partes relacionadas	33
28. Outras notas explicativas	36
29. Condições específicas do Serpro	37

Balanços Patrimoniais

Ativo	NE	Mar/2025	Dez/2024
Circulante		2.831.729	3.120.617
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.351.764	1.924.576
Créditos a receber		1.459.439	1.175.562
Clientes	5	1.060.691	811.358
Créditos tributários	6	258.962	235.463
Ressarcimento de pessoal	7	48.656	54.374
Créditos diversos a receber	8	91.130	74.367
Outros Ativos		395	348
Ativos mantidos para venda	9	20.131	20.131
Não Circulante		1.761.588	1.808.210
Realizável a longo prazo		913.164	910.354
Depósitos judiciais e recursais	10	416.634	419.620
Ressarcimento de pessoal		282.007	277.972
Créditos tributários diferidos		89.704	90.259
Créditos realizáveis a longo prazo	11	124.495	122.179
Outros ativos		324	324
Investimento		1.234	988
Imobilizado	12	773.016	817.478
Intangível	13	74.174	79.390
Total do Ativo		4.593.317	4.928.827

Passivo	NE	Mar/2025	Dez/2024
Circulante		1.016.989	1.229.876
Consignações	14	69.795	81.133
Tributos e encargos sociais	15	96.832	98.460
Depósitos diversas origens		1.990	2.252
Obrigações a pagar	16	848.372	1.048.031
Fornecedores		263.597	391.306
Pessoal	17	461.531	430.752
Benefícios a empregados	23	24.922	15.200
Participação nos lucros ou resultados	18	42.859	43.043
Juros sobre capital próprio	19	47.461	163.237
Outras obrigações	20	8.002	4.493
Não Circulante		974.520	971.052
Obrigações tributárias	21	61.208	59.646
Provisões trabalhistas, cíveis, admin e fiscais	22	660.770	666.897
Benefícios pós-emprego	24	252.046	244.013
Outras obrigações		496	496
Patrimônio Líquido	25	2.601.808	2.727.899
Capital		1.786.196	1.786.196
Reservas		686.567	915.072
Reservas de reavaliação		90.904	90.877
Reservas de lucros		162.730	162.730
Reservas de retenção		432.933	432.933
Dividendos adicionais propostos		0	228.532
Outros resultados abrangentes		35.250	26.631
Lucros/Prejuízos acumulados		93.795	0
Total do Passivo		4.593.317	4.928.827

Demonstrações dos Resultados

em R\$ mil

	NE	Mar/2025	Mar/2024
Receita operacional líquida	26.2	968.405	844.846
Custo dos serviços prestados	26.3	(481.667)	(450.430)
Lucro bruto		486.738	394.416
Despesas/Receitas operacionais	26.3.2	(382.207)	(190.966)
Despesas com vendas		(22.245)	(55.517)
Despesas gerais e administrativas		(363.585)	(104.056)
Perdas Liquidadas na Recuperação de Ativos		3.701	(31.390)
Outras despesas e receitas operacionais		(78)	(3)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		104.531	203.450
Resultado financeiro	26.4	63.936	57.478
Receitas financeiras		77.823	62.285
Despesas financeiras		(13.887)	(4.807)
Resultado operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		168.467	260.928
Imposto de renda e contribuição social	26.5	(27.185)	(23.847)
Correntes		(27.795)	(37.013)
Diferidos		610	13.166
Lucro líquido do exercício		141.282	237.081

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

em R\$ mil

	Mar/2025	Mar/2024
Resultado Líquido do Período	141.283	237.081
(+/-) Outros Resultados Abrangentes	8.619	4.370
Ajustes de Instrumentos Financeiros	246	(24)
Tributos Diferidos sobre instrumentos financeiros	90	0
Tributos Diferidos sobre EFPC Serpros	597	3.229
Tributos Diferidos sobre PAS/Serpro	(477)	1.165
Passivo Atuarial - Programa de Demissão	9.538	0
Tributos Diferidos sobre Programa de Demissão	(1.375)	0
Resultado Abrangente no Período	149.902	241.451

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

em R\$ mil

Atividades Operacionais	Mar/2025	Mar/2024
Lucro antes da tributação do IR e CS	168.467	260.928
Depreciação e amortização	57.485	51.105
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.701)	31.390
Provisões trabalhistas, fiscais, cíveis e administrativas	11.578	(58.235)
Provisões benefício pós-emprego	17.570	10.365
Resultado de <i>softwares</i> desenvolvidos	(2.093)	0
Resultado Receita a Faturar (CPC 47)	29.068	(27.838)
Receitas Financeiras	(2.315)	0
Resultado com Provisões tributárias	33.644	27.540
Resultado na alienação e baixa de imobilizado	78	3
Lucro ajustado	309.781	295.258
Variação em ativos e passivos operacionais	(427.625)	(506.159)
Contas a Receber	(277.950)	(449.133)
Pessoal a Pagar	38.346	32.105
Fornecedores	(125.737)	(7.565)
Obrigações Tributárias/Imunidade	(53.821)	1.979
Outras variações do imobilizado	57.406	(6.147)
Outras variações	(65.869)	(77.398)
Imposto de renda e contribuição social pagos	0	(40.950)
Juros Pagos	9.425	2.358
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(108.419)	(249.493)
Imobilizado	(58.745)	(3.181)
Intangível	(4.454)	(5.112)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	(63.199)	(8.293)
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	(401.194)	(109.417)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	(401.194)	(109.417)
Variação de caixa e equivalentes de caixa no período	(572.812)	(367.203)
Saldo Inicial – caixa e equivalentes de caixa	1.924.576	1.975.185
Saldo Final – caixa e equivalentes de caixa	1.351.764	1.607.982

Demonstrações dos Valores Adicionados

Geração do Valor Adicionado	Mar/2025	Mar/2024
Receitas	1.074.882	918.326
Receita Operacional Bruta	1.092.350	960.205
Resultado com créditos a receber	3.701	(31.390)
Descontos Concedidos	(119)	(2.345)
Vendas Canceladas	(21.022)	(9.472)
Outros valores (AEA e Realiz. Reservas)	(28)	1.328
Insumos adquiridos de terceiros	(187.145)	(135.133)
Valor adicionado bruto	887.737	783.193
Retenções	(97.063)	(2.297)
Depreciações e Amortizações	(57.485)	(51.105)
Resultados com Ações Judiciais	(39.577)	48.808
Valor adicionado líquido	790.674	780.896
Recebido de terceiros	77.823	62.285
Valor adicionado total a distribuir	868.497	843.181
Distribuição do valor adicionado	Mar/2025	Mar/2024
Empregados (Salários, Encargos, Benefícios)	521.836	445.317
Governo (Impostos e Contribuições)	187.864	154.770
Capitais de Terceiros	8.116	2.327
Acionistas (Dividendos juros e JCP)	56.886	38.868
Lucros Retidos	93.795	201.899
Valor adicionado total distribuído	868.497	843.181

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

em R\$ mil

	Capital	Reservas				Lucros Acumulados	Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
		Reavaliação	Legal	Retenção	Divid. Adic.			
Saldo em 31 de dez/2023	1.786.196	92.926	128.472	321.636	0	-	(393.012)	1.936.218
Aumento de Capital	0	0	0	0	0	0	0	0
Lucros/Prejuízos Líquidos	0	0	0	0	0	237.081	0	237.081
Constituição de reservas	0	0	0	0	0	0	0	0
Realização de reserva de reavaliação	0	(1.328)	0	0	0	1.328	0	0
Dividendos adicionais pagos	0	0	0	0	0	0	0	0
Juros sobre Capital Próprio creditados	0	0	0	0	0	(36.510)	0	(36.510)
Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	0	4.370	4.370
Saldo em 31 de Mar/2024	1.786.196	91.598	128.472	321.636	0	201.899	(388.642)	2.141.159

	Capital	Reservas				Lucros Acumulados	Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
		Reavaliação	Legal	Retenção	Dividendos Adic.			
Saldo em 31 de dez/2024	1.786.196	90.877	162.730	432.933	228.532	0	26.631	2.727.899
Aumento de Capital	0	0	0	0	0	0	0	0
Lucro Líquido do Exercício	0	0	0	0	0	141.283	0	141.283
Dividendos Adicionais requeridos	0	0	0	0	0	0	0	0
Constituição de reservas	0	0	0	0	0	0	0	0
Realização de Reserva de Reavaliação	0	27	0	0	0	(27)	0	0
Dividendos e JCP Creditados	0	0	0	0	0	(47.461)	0	(47.461)
Dividendos adic. Propostos pagos	0	0	0	0	(228.532)	0	0	(228.532)
Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	0	8.619	8.619
Saldo em 31 de Mar/2025	1.786.196	90.904	162.730	432.933	0	93.795	35.250	2.601.808

1. Contexto operacional

O Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) é Empresa Pública, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede em Brasília/DF. Foi criada pela Lei nº 4.516/1964, regida pela Lei nº 5.615/1970 e, de forma suplementar, pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976) e Lei das Estatais (Lei nº 13.303/2016), regulamentada pelo Decreto nº 8.945/2016. Além desses, o SERPRO mantém seu Estatuto Social vigente e demais normativos legais que lhe forem cabíveis atualizados.

O SERPRO completou seis décadas em 2024 transformando tecnologia em pontes, aproximando pessoas e encurtando distâncias, promovendo inclusão e inovação. A empresa está em constante processo de renovação e atualização diante dos desafios. Com uma trajetória de grandes realizações e grande sucesso, o SERPRO foi pioneiro e passou por todas as fases da digitalização do país. Nas décadas de 60 e 70, com os primeiros computadores; na década de 80, com os computadores pessoais; nas décadas de 80 e 90, com as primeiras comunicações em rede e aparecimento dos telefones celulares; e nos anos 2000, com o surgimento dos smartphones. Em 2020, um grande aparato tecnológico está à disposição para sustentar o governo federal e para sustentar, também, na empresa, as aplicações e os clientes tanto públicos quanto privados.

Composto por 11 (onze) regionais distribuídas pelo Brasil, suas infraestruturas possuem tecnologia de ponta, que interconecta todas as regiões do país. A capacidade tecnológica e ampla experiência no mercado proporcionam desenvolvimento, manutenção e hospedagem de grandes sistemas da Administração Pública Federal.

Os serviços oferecidos aos setores público e privado incluem inteligência em tecnologia da informação capazes de trazer segurança para o ambiente de negócios do país. Para tanto, o SERPRO está alinhado com a privacidade e a proteção de dados do cidadão, e se manifesta contra o uso indevido e não autorizado. Dessa forma, tem como premissa ser referência no atendimento aos requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

O propósito do SERPRO é prover soluções inteligentes para transformação e inclusão digital. A visão empresarial é de construir o melhor Governo Digital para o cidadão. Assim, o SERPRO é protagonista da transformação digital no Brasil, mantendo estreita relação com a Estratégia de Governo Digital. Este direcionamento norteia a inovação do Governo brasileiro por meio de tecnologias digitais inteligentes, e visa oferecer Políticas Públicas e serviços de qualidade superior e acessíveis a qualquer hora e lugar, com o menor custo para o cidadão.

Como diferencial, e no papel de propulsor da transformação digital do Brasil, o SERPRO acompanha e cumpre as exigências legais em desenvolver soluções tecnológicas voltadas ao interesse coletivo e ao imperativo de segurança nacional.

Os indicadores macroeconômicos influenciam diretamente o orçamento do governo federal para a execução de investimentos e para o custeio da atividade governamental. Com efeito, o governo perde sua capacidade de investimentos e custeio, representando riscos à operação dos atuais negócios do SERPRO, que possui concentração na pauta governamental.

O SERPRO, como empresa pública de tecnologia, tem papel fundamental de impulsionar políticas públicas a fim de fomentar o desenvolvimento do país e democratizar serviços essenciais a todos os brasileiros. As atividades realizadas pelo SERPRO são dirigidas ao Estado e à sociedade, e viabilizam a conexão entre Governo, empresas e cidadãos por meio de soluções tecnológicas. Ao realizar negócios com o Governo, a Empresa prioriza iniciativas que visam a modernização da Administração Pública, junto ao mercado privado, desenvolve serviços de excelência para que empresas de todos os tamanhos e segmentos da economia tenham informações íntegras, disponíveis e confiáveis, e soluções que tornem suas plataformas de negócio mais seguras e inteligentes.

A Empresa segue observando atentamente o cenário econômico atual, agindo de forma a assegurar a sustentabilidade econômico-financeira e a sua capacidade operacional. Os esforços estão voltados para a implementação de medidas e ações responsáveis de contenção de gastos, otimização de recursos, aumento de

produtividade e minimização dos potenciais impactos financeiros. Além disso, o SERPRO vem diversificando sua carteira de clientes, principalmente junto ao mercado privado, inclusive, internacional.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de contabilidade.

A empresa segue, na íntegra, os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), desde que aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e/ou pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As demonstrações representam informações que proporcionam aos seus usuários uma visão detalhada e transparente das operações, da posição patrimonial e da movimentação financeira, seguida da aprovação da alta administração.

2.2 Emissão e divulgação

A emissão e divulgação das demonstrações financeiras do 1º Trimestre de 2025, encerrado em 31 de março, foram autorizadas pela Diretoria Executiva da empresa em reunião de 05 de maio de 2025.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto os ativos financeiros, avaliados a valor justo e refletidos no Patrimônio Líquido. As provisões trabalhistas, cíveis e administrativas foram mensuradas pelo valor atual estimado da obrigação, e suas variações impactaram diretamente no resultado do exercício. Já as provisões matemáticas relativas aos benefícios pós-emprego da empresa, mensuradas pelo valor presente líquido das obrigações, impactaram tanto no resultado do exercício quanto em outros resultados abrangentes (ORA), no Patrimônio Líquido.

2.3.1 Mensuração do valor justo

A mensuração a valor justo dos ativos financeiros se dá pela abordagem do mercado principal. Os preços utilizados contêm informações relevantes do produto em transações no mercado e envolvem ativos ou passivos considerados semelhantes.

2.4 Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com a finalidade de fornecer informações aos usuários, e evidenciar as ocorrências mais significativas no período. Ao analisar as demonstrações financeiras, deve-se considerar esta Nota Explicativa (NE) como parte integrante das ponderações.

2.4.1 Moeda funcional

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional do SERPRO. Todos os valores apresentados nas demonstrações financeiras estão em milhares de reais arredondados para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4.2 Apresentação pelo valor líquido

As contas ativas e passivas que guardam, em sua essência, relações entre si foram consideradas pelo valor líquido em razão de possuírem natureza semelhante.

2.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC

Para fins de publicação, a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é apresentada pelo método indireto. O Serpro apresenta também a DFC pelo método direto, conforme Nota Explicativa 4.3. No que se refere aos fluxos de caixa de investimentos e financiamentos, os valores se referem a movimentação do imobilizado e do intangível e pagamentos de dividendos, respectivamente.

2.6 Demonstração do Valor adicionado – DVA

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela empresa e sua distribuição, durante determinado período. Foi elaborada a partir dos registros contábeis que servem de base para a preparação das demonstrações financeiras.

2.7 Demonstração do Resultado do Exercício – DRE

Para fins de publicação e atendimento ao que preconiza o CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, a Demonstração de Resultado do Exercício será apresentada por função. Para efeito de evidenciação em notas explicativas, os seus valores serão informados por natureza.

2.8 Reclassificações

Para fins de comparabilidade e melhor avaliação das situações apresentadas, algumas informações relativas aos períodos anteriores foram reclassificadas. Tais reclassificações não são objeto de reapresentação de balanço, uma vez que, para a administração, não afetam a tomada de decisão empresarial. Em síntese, representam alterações de nomenclatura de grupo das demonstrações, reclassificação de valores ou revisão de agrupamento de contas.

2.9 Estimativas e julgamentos contábeis

No processo de preparação das demonstrações financeiras é requerido o uso de estimativas contábeis críticas e de julgamentos por parte da Administração do Serpro na aplicação das políticas contábeis.

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados, com base na experiência da Administração e nas informações disponíveis até a data das demonstrações financeiras. É provável que haja diferenças entre os valores estimados e os resultados efetivamente ocorridos, por definição. As estimativas e julgamentos afetam as seguintes notas explicativas:

Descrição	Nota Explicativa
PECLD	5.1.1
Redução ao valor recuperável	5.1.2
Depreciação/Amortização	12 e 13
Provisões Judiciais e Administrativas	23
Benefícios a Empregados	24

3. Políticas contábeis e correção de erros

3.1 Políticas e Práticas Contábeis

As políticas e práticas contábeis aplicadas pelo SERPRO para elaboração das demonstrações financeiras estão apresentadas ao longo desta Nota Explicativa.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa e aplicações financeiras com realização imediata e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. O risco de alteração no valor justo é irrelevante.

Descrição	Mar/2025	Dez/2024
Caixa / Bancos	27.200	200.809
Aplicação financeira	1.324.564	1.723.767
Caixa e equivalente de caixa	1.351.764	1.924.576

4.1 Bancos contas movimento

A variação observada, de R\$ 200,8 milhões para R\$ 27,2 milhões, decorre da aplicação financeira dos saldos existentes no encerramento de 2024.

Do valor de R\$ 27,2 milhões apresentado em março de 2025, R\$ 26,7 milhões se refere aos saldos mantidos no exterior, na conta do Banco do Brasil em Nova York/EUA. A manutenção de tais saldos no exterior visa atender a projetos estratégicos que tenham compromissos firmados/atrelados em moeda estrangeira, devendo ser suficiente para a cobertura dos desembolsos de curto prazo. Os saldos incrementais da conta, são movimentados de acordo com os critérios internos definidos para proteção cambial.

4.2 Aplicações financeiras

Descrição	BB Extramercado FAE Fundo Investimento Renda Fixa	CAIXA FI Extramercado Comum IRFM-1	Saldo Acumulado
Saldo Inicial (31/12/24)	1.280.436	443.331	1.723.767
Aplicações	458.841	201.858	660.699
Resgates	(642.904)	(470.891)	(1.113.795)
Rendimento Líquido	44.073	9.818	53.891
Saldo Final	1.140.446	184.116	1.324.562
Rentabilidade nos últimos 12 meses	10,2130%	10,1716%	

A redução observada entre os meses de dezembro/2024 e março/2025 se dá, principalmente, pelo resgate destinado ao pagamento de dividendos ao acionista no mês de março (R\$ 401,2 milhões).

Trata-se de aplicações de alta liquidez. Nos termos da Resolução CMN nº 4.986, de 17 de fevereiro de 2022, o saldo de R\$ 1,3 bilhão está aplicado em fundos de investimento extramercado comuns, administrados pela Caixa Econômica Federal (CEF) e pelo Banco do Brasil S.A. (BB). Os fundos extramercado destinados às empresas Públicas são compostos da seguinte forma: 75%, no mínimo, atrelados às emissões de títulos públicos do Tesouro Nacional e 25%, no máximo, em certificados ou recibos de depósito bancário de emissão de instituição integrante do conglomerado financeiro liderado pela CEF ou BB.

Esses fundos apresentam baixo risco, liquidez diária (D+0) e taxa de administração de 0,10% a.a. Devido à composição do fundo, a tendência do rendimento é influenciada pelo comportamento da taxa básica de juros, SELIC.

4.3 Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método direto

A seguir a DFC pelo método direto. Ressalta-se que houve alteração na sistemática de apuração, com exclusão do fluxo de caixa Créditos Tributários, impactando o Recebimento de Clientes, Pessoal e outras correções.

	Mar/2025	Mar/2024
Atividades Operacionais		
Recebimentos de clientes	676.955	437.592
Ressarcimento de pessoal requisitado	58.922	51.388
Rendimento de aplicações financeiras	60.635	43.376
Outros recebimentos	51.802	34.700
Tributos e encargos	(56.842)	(102.436)
Pessoal e encargos	(667.128)	(570.271)
Sentenças judiciais	(46.658)	(33.509)
Pagamentos a fornecedores	(186.105)	(110.332)
Caixa líquido das atividades operacionais	(108.419)	(249.492)
Atividades de investimentos		
Pagamento pela compra de imobilizado e intangível	(63.199)	(8.293)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(63.199)	(8.293)
Atividades de financiamento		
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	(401.194)	(109.417)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	(401.194)	(109.417)
Movimentação líquida de caixa e equivalente de caixa	(572.812)	(367.203)
Saldo Inicial – caixa e equivalentes de caixa	1.924.576	1.975.185
Saldo Final – caixa e equivalentes de caixa	1.351.764	1.607.982

5. Clientes

Os valores relacionados aos clientes não possuem componentes de financiamento, representam o valor acordado entre as partes com vencimento médio de trinta dias, não ultrapassam um exercício financeiro, não sendo aplicável o cálculo de ajuste a valor presente e, nos termos do CPC 48, o modelo de negócio referente a este ativo tem como objetivo a manutenção de ativos para receber fluxos de caixa contratuais, assim, reconhecidos pelo custo amortizado.

Descrição	Mar/2025	Dez/2024
Créditos a receber a faturar	141.576	173.894
Créditos a receber de clientes a vencer	494.399	224.433
Vencidos até 30 dias	288.089	15.706
Vencidos de 31 a 60 dias	44.711	169.416
Vencidos de 61 a 90 dias	20.980	156.706
Vencidos de 91 a 180 dias	68.333	79.806
Vencidos de 181 a 365 dias	23.112	13.578
Vencidos mais de 365 dias	77.581	74.120
Créditos a receber	1.158.781	907.659

Descrição	Mar/2025	Dez/2024
Perdas Incorridas	(41.781)	(29.462)
Perdas Estimadas	(42.049)	(52.626)
Redução ao valor recuperável de clientes	(14.260)	(14.260)
Total	1.060.691	811.311

A movimentação de créditos a receber, decorrentes de vendas a clientes, apresentou a seguinte movimentação no 1º trimestre de 2025:

Movimentação de Clientes	Valor
Saldo em dezembro/2024	907.659
(+) Entradas de Créditos	1.026.827
(-) Baixas de Créditos	(743.532)
(-) Ajustes de Competência	(32.173)
Saldo em março/2025	1.158.781

5.1 Perdas Estimadas para crédito em liquidação duvidosa – PECLD

O cálculo considera o perfil de pagamento dos clientes, a probabilidade de perda ao longo das faixas de inadimplência, a recuperabilidade desses valores de acordo com a série histórica e previsões de condições econômicas futuras. Os tipos de clientes são segmentados nas categorias Clientes Públicos OGU, Clientes Públicos Não OGU e Mercado Privado para análise do comportamento histórico do desempenho de pagamentos dos clientes.

5.1.1 PECLD de curto prazo

Movimentação	Estimada	Incorrida	Total
Saldo em Dez/2024	52.626	29.462	82.088
Constituição	2.484	12.319	14.803
Reversão	(13.061)	0	(13.061)
Saldo em Mar/2025	42.049	41.781	83.830

Os valores dos créditos a receber de clientes no encerramento do exercício, registrados no curto prazo, são apresentados no balanço deduzidos das perdas estimadas (R\$ 42,0 milhões) e das perdas incorridas (R\$ 41,8 milhões), perfazendo um total de R\$ 83,8 milhões.

5.1.2 Redução ao valor recuperável de clientes

Os R\$ 14,3 milhões registrados decorrem da redução de ativo relativo a multas e juros incidentes sobre faturas em atraso, parcialmente pagas. Como em regra decorrem de valores questionados pelos clientes, sobretudo do setor público, é efetuado registro de redução, dada a baixa probabilidade de recebimento.

6. Créditos tributários

Em créditos de tributos federais são registrados: valores de IRPJ e CSLL relativos à apuração mensal dos tributos que geram antecipação de valores; retenções sobre os rendimentos financeiros e recebimentos de serviços abatidos pelos tributos devidos no final do período, todos nos termos da legislação vigente. Em créditos de tributos municipais são registrados créditos a recuperar junto às secretarias de fazenda.

Descrição	Mar/2025	Dez/2024
Tributos Federais – IRPJ e CSLL	250.802	227.226
IR e CSLL a recuperar/compensar	271.853	215.033
IRRF a compensar	6.743	30.010
IRPJ a recolher	(13.474)	-
CSLL a recolher	(14.320)	(17.817)
Tributos Municipais	8.156	8.237
ISS a compensar	8.145	8.226
INSS a compensar	11	11
Tributos s/ serviços no exterior	4	-
Total	258.962	235.463

O ISS a compensar (R\$ 8,1 milhões) se refere às retenções efetuadas por clientes públicos no Distrito Federal (DF). Uma vez que o Serpro possui reconhecida a imunidade no DF, há o direito ao ressarcimento dos valores.

7. Ressarcimento de pessoal cedido a órgãos externos

O SERPRO, nos termos da legislação vigente (Decreto nº10.835/2021), é responsável pela folha de pagamento dos empregados cedidos a órgãos externos (Pessoal de Serviço Externo – PSE), assim como por outras obrigações correlatas. Os pagamentos realizados ordinariamente são reconhecidos como direito a receber dos cessionários, como créditos a receber, a partir da emissão de documentos denominados Notas de Ressarcimento (NR).

Já os valores de ressarcimento relativos às sentenças judiciais e processos trabalhistas são reconhecidos no ativo, considerando o que preconiza o Parecer GQ nº 56, emitido em 1995 pela AGU.

Ao final de março de 2025, o SERPRO contava com 1.334 empregados cedidos a órgãos externos, em sua grande maioria, vinculados ao Ministério da Fazenda.

Descrição	Mar/2025	Dez/2024
Ressarcimento - Folha de pagamento	48.604	54.322
Provisões ACT	0	0
Ressarcimento - Sentenças judiciais	52	52
Total Circulante	48.656	54.374
Ressarcimento - Sentenças judiciais	155.642	155.642
Ressarcimento - Processos Trabalhistas	126.365	122.330
Total Não Circulante	282.007	277.972

A Nota explicativa sobre Partes Relacionadas (Nota 27) apresenta mais informações acerca das transações que envolveram Pessoal de Serviço Externo (PSE). No circulante o saldo de maior destaque (R\$ 48,6 milhões em 2025) é referente às Notas de Ressarcimento (NR) emitidas contra órgãos da administração pública federal pelas obrigações mensais do mês atual. Já no ativo não circulante constam saldos a receber relacionados às sentenças judiciais de PSEs, em que o Serpro desembolsou recursos para tais pagamentos e, posteriormente, emitiu NRs contra os órgãos de atuação desses PSEs.

8. Créditos diversos

O saldo de R\$ 91,1 milhões representa, na sua maior parte, créditos decorrentes da folha de pagamento. São valores a receber concernentes, principalmente, ao adiantamento de férias e demais verbas de pessoal no importe de R\$

49,9 milhões, além do registro de outros recebíveis, como por exemplo os boletos do Plano de Saúde PAS/Serpro emitidos para empregados/ex-empregados (R\$ 15,4 milhões) e adiantamentos a prestadores de serviços (R\$ 13,1 milhões).

9. Ativo não circulante mantido para venda

Refere-se a imóveis não inseridos no contexto operacional da empresa e que possuem venda aprovada pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração (CA). Os ativos não circulantes mantidos para venda são apresentados no Balanço pelo menor valor entre o custo histórico abatido da depreciação ou a expectativa de venda líquida, ou seja, já deduzida das despesas com a venda. Os ganhos e as perdas são mensurados no resultado quando da operação, conforme normativo contábil.

9.1 Imóveis mantidos para venda

Descrição	Imóvel	Depreciação	Saldo
Imóvel - Andaraí RJ	21.154	(1.023)	20.131

Há decisão de alienação de imóvel localizado no estado do Rio de Janeiro, com movimento firme de venda. O imóvel encontra-se desocupado, apenas com a manutenção mínima necessária para a conservação predial. Desse modo, houve a reclassificação do referido bem para a conta de Ativo Não Circulante Mantido para Venda. O menor valor apurado para o imóvel em Laudo Técnico de Avaliação é de R\$ 36,4 milhões.

10. Depósitos judiciais e recursais

Garantia em juízo de valores depositados a fim de satisfazer crédito oriundo de decisões judiciais. Enquanto o valor estiver depositado em conta bancária à disposição do Juízo, os seus valores compõem o ativo empresarial.

Descrição	Mar/2025	Dez/2024
Depósitos judiciais e recursais	416.450	419.436
Ações fiscais	184	184
Total	416.634	419.620

Neste grupo, estão contabilizados, em sua ampla maioria, os valores referentes à garantia de juízo, sobretudo em ações de natureza trabalhista, conforme detalhamento na Nota Explicativa 22.2.1. Os valores são mantidos em contas específicas, conforme determinação judicial. No Serpro, os depósitos se concentram nas instituições estatais Caixa Econômica Federal e no Banco do Brasil, atingindo mais de 8.000 contas.

11. Créditos realizáveis a longo prazo

O valor de R\$ 124,5 milhões refere-se à parte que cabe ao SERPRO sobre o Precatório n.º 0000779-13.2013.8.24.0500, resultante da Ação de Cobrança e Indenização por Perdas e Danos (Processo n.º 0385848-57.2006.8.24.0023). É importante destacar que a titularidade do precatório pertence ao SERPROS, cabendo à Patrocinadora o percentual de 42,72499%, conforme previsto em contrato de Aporte Financeiro Específico (cláusula 3ª do 2º termo aditivo). O crédito atualizado do precatório até 31/03/2025 é de R\$ 300,4 milhões, dos quais 3% são destinados a pagamento de honorários advocatícios. A posição na lista de recebimento de precatórios do Tribunal de Justiça de Santa Catarina é a 573ª posição, no final do 1º trimestre de 2025.

12. Imobilizado

Bens mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada para abater o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

	Edifícios		Terrenos	Obras em Andam.	Instalações		Benfeitorias em propriedades de terceiros		Bens Móveis		Total	
	Ativo	Deprec.			Ativo	Deprec.	Ativo	Deprec.	Ativo	Deprec.	Ativo	Deprec.
Saldo dez/2023	148.606	(48.111)	66.430	17.174	150.778	(139.341)	1.817	(1.817)	1.316.005	(668.980)	1.700.810	(858.249)
Adições	971			6.716					203.703		211.390	0
Baixas									(38.100)	36.030	(38.100)	36.030
Transferências/Ajuste	(7.162)	964	(12.272)	(4.894)	1.815	(353)			(1.037)	(38.139)	(23.550)	(37.528)
Depreciação		(1.889)				(905)				(170.530)	0	(173.325)
Saldo dez/2024	142.415	(49.036)	54.158	18.996	152.593	(140.599)	1.817	(1.817)	1.480.572	(841.620)	1.850.550	(1.033.072)
Adições	3.255			1.153	828				44.284		49.521	0
Baixas				(4.157)			(417)	417	(12.151)	11.296	(16.725)	11.713
Transferências/Ajuste									(38.691)		(38.691)	0
Depreciação		(440)				(384)				(49.456)	0	(50.281)
Saldo mar/2025	145.670	(49.476)	54.158	15.992	153.421	(140.983)	1.400	(1.400)	1.474.014	(879.780)	1.844.655	(1.071.639)

As vidas úteis do ativo imobilizado para o exercício corrente e exercícios comparativos são estimadas pelos gestores, conforme especificidade do ativo, e são revisadas periodicamente. Em média, foram assim atribuídas:

Descrição	Vida útil (em anos)
Edifícios	59
Instalações	5
Móveis e utensílios	10
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10
Equipamentos de TI	5
Veículos	10

13. Intangível

Trata-se de gastos incorridos associados diretamente a *softwares* identificáveis e únicos. São mensurados pelo custo de aquisição, deduzidos das amortizações acumuladas. No caso dos *softwares* desenvolvidos internamente, representam os gastos envolvidos até que este esteja pronto para uso, quando se inicia a amortização.

Descrição	Dez/2024	Entradas/Amortização	Saídas	Mar/2025
Softwares	784.201	4.406	(2.811)	785.796
Adquiridos	755.400	2.313	0	757.713
Desenvolvidos para uso interno	24.550	0	(498)	24.052
Em construção	1.938	2.093	0	4.031
Estoque interno	2.313	0	(2.313)	0
(Amortização acumulada e Perdas estimadas)	(704.811)	(6.648)	0	(711.622)
Softwares adquiridos	(695.622)	(6.648)	0	(702.270)
Softwares desenvolvidos para uso interno	(8.625)	(163)	0	(8.788)
Perdas Estimadas por Redução ao valor recuperável	(564)	0	0	(564)
Valor Líquido	79.390	(2.405)	(2.811)	74.174

Descrição	Vida útil definida
Softwares adquiridos	2 a 7 anos
Softwares desenvolvidos para uso interno	1 a 10 anos

14. Consignações

Trata-se de retenções na folha de pagamento de empregados e tributos retidos de fornecedores.

Descrição	Mar/2025	Dez/2024
Previdência social	24.102	17.821
Pensão alimentícia	55	46
IRRF	22.738	48.185
Tributos federais retidos	5.821	7.082
ISS	1.098	1.114
Plano de previdência e assistência médica	9.886	292
Entidades representativas de classes	173	1.061
Empréstimos, retenções e consignatários	5.922	5.532
Total	69.795	81.133

15. Tributos e encargos sociais

Trata-se de tributos e encargos sociais sobre receita, folha (FGTS) e outros.

Descrição	Mar/2025	Dez/2024
Passivo fiscal diferido	16.119	19.369
PASEP / COFINS a recolher	45.588	48.271
CPRB a recolher	15.125	4.817
FGTS	10.974	16.677
ISS a recolher	8.856	9.287
Outros tributos	170	39
Total	96.832	98.460

15.1 Passivo Fiscal Diferido

Descrição	Mar/2025	Dez/2024
IRPJ/ CSLL	-	-
Demais Tributos s/ Receita Bruta	16.119	19.369
Total	16.119	19.369

Os tributos diferidos incidem sobre o saldo de Créditos a Receber de Clientes a Faturar. Os tributos diretos sobre a receita bruta a faturar são CPRB, PASEP, COFINS e ISS. Em 2024, o IRPJ e a CSLL diferidas passaram a ser controlados no passivo não circulante, conforme demonstrado na NE 26.5.4.

16. Obrigações a pagar

São obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal do negócio. Para reconhecimento e mensuração de contas a pagar e fornecedores, os seguintes critérios são considerados: (1) Os valores de fornecedores e contas a pagar não possuem componente de financiamento, uma vez que representam o valor acordado entre as partes, com vencimento no curto prazo, não sendo aplicável o cálculo de ajuste a valor presente; (2) É reconhecido pelo custo amortizado e não se altera a forma anterior de reconhecimento. O objetivo é financiar as atividades operacionais e, em regra, são mantidas até o vencimento.

As contas mais representativas são Fornecedores no importe de R\$ 263,6 milhões (R\$ 391,3 milhões em dez/2024), resultado das operações comerciais do Serpro e as Obrigações Trabalhistas no importe de R\$ 461,5 milhões (R\$ 430,8 milhões em dez/2024), estas últimas detalhadas na Nota Explicativa 17.

17. Pessoal a pagar e encargos trabalhistas

Descrição	Mar/2025	Dez/2024
Férias	237.266	248.218
Licença prêmio	179.072	178.865
13º salário	38.362	0
Provisão Acordo Coletivo de Trabalho	0	0
Programa Demissão Voluntária - PDV	4	4
Outras obrigações com pessoal	6.827	3.665
Total	461.531	430.752

A variação observada entre mar/2025 e dez/2024 (R\$ 30,8 milhões no total) nas rubricas ora destacadas se refere, principalmente, à constituição de valores a pagar de décimo terceiro salário, correspondente à R\$ 38,4 milhões.

18. Participação nos lucros ou resultados

O saldo de R\$ 42,9 milhões é referente à participação de empregados (R\$ 41,2 milhões) e dos administradores nos lucros (R\$ 1,8 milhão). Estes valores seguem os critérios definidos nos programas de Participação nos Lucros ou Resultados dos empregados (PLR) 2024 e de Remuneração Variável de Administradores (RVA) 2024 e anteriores. A participação dos administradores foi elaborada em atendimento ao disposto no Decreto nº 8.945/2016.

19. Dividendos e Juros sobre capital próprio

Em março de 2025 foram recolhidos para a União os valores referentes aos dividendos mínimos referentes ao encerramento do exercício de 2024, no montante de R\$ 391,7 milhões (R\$ 163,2 milhões de dividendos obrigatórios e R\$ 228,5 milhões de dividendos adicionais). Estes valores foram corrigidos pela SELIC até a data do seu pagamento em 14 de março, cujo valor atualizado somou R\$ 401,2 milhões. O saldo de R\$ 47,5 milhões representa a constituição dos juros sobre capital próprio – JSCP no período de janeiro a março de 2025.

20. Outras obrigações

Neste grupo estão registradas, basicamente, as contas de adiantamento de clientes e de processo trabalhista a pagar, decorrente de acordos judiciais.

21. Obrigações tributárias

Descrição	Mar/2025	Dez/2024
PASEP/COFINS a recolher	-	216
ISS renegociado	61.208	59.430
Total	61.208	59.646

Do saldo apresentado, destaca-se o ISS renegociado, no importe de R\$ 61,2 milhões, referente ao parcelamento do referido imposto junto aos fiscos municipais. São os parcelamentos de débitos atualizados junto à Prefeitura de São Paulo, com pagamento suspenso em decorrência da ação de imunidade tributária, ajuizada em 2019.

22.2 IPTU a recolher

Ressalta-se que o IPTU está com pagamento suspenso em decorrência das ações de imunidade tributária junto às prefeituras, com decisões provisórias. Considerando o atual contexto da Imunidade Tributária do Serpro, não haverá mais o reconhecimento contábil do IPTU, em razão do baixo risco de questionamento pelas administrações tributárias.

22. Provisões trabalhistas, cíveis, administrativas e fiscais

Descrição	Mar/2025	Dez/2024
Provisões Judiciais	391.829	376.216
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	351.467	336.044
Provisões Cíveis	40.038	39.848
Provisões Fiscais	324	324
Provisões administrativas	268.941	290.681
Saldo	660.770	666.897

22.1 Provisões administrativas

Os tributos de natureza indireta incluídos nos preços dos serviços prestados a órgãos e entidades da Administração Pública, e não recolhidos em virtude da aplicação de imunidade tributária, são registrados em provisões administrativas no passivo não circulante para ressarcimento aos clientes. Estão classificadas no não circulante dada a incerteza quanto ao prazo de realização. Em caso de negociação com os clientes, os valores são realizados ou transferidos para o circulante, conforme prazos acordados. São registrados os valores relativos aos maiores clientes públicos cujos contratos não tenham sido repactuados. Os demais valores de clientes são reconhecidos à medida que são cobrados.

Descrição	Mar/2025	Dez/2024
Provisões ISS imunidade	122.572	136.695
Provisões COFINS imunidade	120.120	126.452
Provisões ICMS imunidade	48	54
Provisões PIS/PASEP imunidade	26.201	27.479
Total	268.941	290.680

A diferença entre os períodos de dez/2024 e mar/2025, R\$ 21,7 milhões, refere-se à atualização dos saldos, considerando os faturamentos ocorridos no período. Permanecem no passivo administrativo os valores dos contratos efetivados com os maiores clientes públicos, uma vez que a negociação para liquidação é uma iniciativa do Serpro. Os valores de menor representatividade dos contratos firmados com os demais clientes públicos, ou ainda aqueles que não possuem mais relacionamento comercial com a empresa, serão reconhecidos à medida em que esses clientes efetuem a cobrança de valores junto ao Serpro.

22.2 Provisões Judiciais - trabalhistas, cíveis e fiscais

Consideram os processos judiciais classificados como estratégicos e não estratégicos e que atendem aos requisitos de provisão estabelecidos pelo CPC 25. Os processos classificados como estratégicos são aqueles que possuem risco de sucumbência com desembolso acima de R\$ 1,2 milhão na data da provisão ou que, por avaliação jurídica, são processos de natureza relevante; e os processos classificados como não estratégicos são aqueles cujos valores de risco, em regra, são inferiores a R\$ 1,2 milhão. Os processos estratégicos e os não estratégicos podem ser considerados com risco de perda provável ou possível. Os processos estratégicos provisionados, considerados com risco de perda provável, possuem estimativa confiável de seu valor e que se trata de uma obrigação presente, independentemente da fase processual. Os riscos dos processos estratégicos são atribuídos pelo advogado, o reconhecimento é realizado pela contabilidade, e a mensuração é responsabilidade do perito assistente com base nas decisões proferidas no processo, observando o cálculo homologado, o cálculo incontroverso e o cálculo do SERPRO com base nos pedidos do reclamante, respectivamente. Os processos não estratégicos, considerados como risco de perda provável, são provisionados por meio da aplicação da metodologia do tiquete médio de pagamentos (por tipo de pedido principal) dos processos arquivados nos últimos 5 anos, multiplicado pela quantidade dos processos ativos no período em análise. Quanto aos

riscos de perdas possíveis, os processos não impactam o valor da provisão reconhecido no balanço, mas são monitorados continuamente e divulgados em Nota Explicativa.

22.2.1. Movimentação dos processos: Cível, Trabalhista e Fiscais

Descrição	Cível/Fiscal	Trabalhista	Total
Saldo da provisão 31/12/2024	40.172	336.044	376.216
Processos que entraram na provisão	1.904	17.436	19.340
Processos que saíram da provisão	0	(12.699)	(12.699)
Majoração nos processos anteriormente provisionados	1.131	13.113	14.244
Redução nos processos anteriormente provisionados	(66)	(5.206)	(5.272)
Saldo em 31/03/2025	43.141	348.688	391.829

A movimentação dos processos impactou negativamente no resultado em R\$15,6 milhões no 1º trimestre de 2025, quando comparado a dezembro de 2024. Vale salientar que a maioria quantitativa dos processos na empresa é de natureza trabalhista e representa mais de 90% do passivo provisionado.

A administração entende que as provisões constituídas para fazer frente aos processos trabalhistas e cíveis são suficientes para representar os riscos de eventuais decisões judiciais desfavoráveis. Os valores referentes aos processos fiscais foram somados aos cíveis por serem valores imateriais.

Ressalta-se a existência de depósitos judiciais efetuados pelo Serpro a pedido da Justiça (Nota Explicativa 10), com desembolso de caixa, para fazer frente aos processos em curso. Ao longo do 1º Trimestre o grupo de depósitos judiciais apresentou a seguinte movimentação, considerando as entradas (Depósitos) e as saídas (Levantamentos):

Movimentação de Depósitos Judiciais	Valor
Saldo em dez/24	419.436
(+) Depósitos no Período	41.094
(-) Levantamentos no Período	44.080
. Retorno ao Serpro	22.968
. Destinado a Terceiros	21.112
Saldo em mar/25	416.450

22.2.2. Expectativa de reembolso

O SERPRO espera que parte do passivo seja reembolsada. Dessa forma, e seguindo o CPC 25 (item 53), foi contabilizado um ativo relativo às ações movidas por empregados cedidos, considerando o direito ao ressarcimento dos valores desembolsados. Como o fundamento do reembolso é legal e a Administração Pública (de quem se espera o reembolso) é adstrita ao princípio da legalidade, julga-se que o reembolso é devido e provavelmente certo.

Tipo de ação	Mar/2025	Dez/2024
Sem expectativa de reembolso	265.464	253.886
Com expectativa de reembolso	126.365	122.331
Saldo da provisão	391.829	376.217

Existe um trabalho contínuo para redução do passivo judicial através da celebração de acordos judiciais. Os esforços para celebração de composições amigáveis reduziram sensivelmente o passivo de alguns dos processos de maior valor.

22.2.3. Processos de riscos de perda possíveis

Foram verificados como possíveis processos cíveis, trabalhistas e tributário, estratégicos e não estratégicos.

O total de possíveis monta 294 processos, correspondendo a R\$ 193,2 milhões, sendo 13 processos classificados como estratégicos e 281 processos classificados como não estratégico, correspondendo a R\$ 181,5 milhões e R\$ 11,6 milhões, respectivamente.

Risco Processual Possível	Mar/2025		Dez/2024	
	Qte.	Valor	Qte.	Valor
Processos Cíveis	284	13.342	257	16.763
Processos Trabalhistas	9	154.614	9	152.330
Processos Tributários	1	25.257	1	24.499
Total	294	193.213	267	193.592

Vale destacar que a administração realiza monitoramento contínuo dos processos, de modo que a avaliação dos riscos de desembolso, a necessidade de reconhecer como provisão e a realização de estimativa confiável sejam analisadas e revistas periodicamente.

22.2.4. Declaração da Administração quanto ao reconhecimento e divulgação de provisões judiciais

A apropriação das provisões judiciais cumpre norma contábil e não representa o reconhecimento da empresa da perda destes processos, visto que ainda estão em andamento.

23. Benefícios a empregados

23.1 Planos de previdência complementar oferecidos pelo SERPRO

O Serpro oferece como benefício pós-emprego aos empregados a possibilidade de previdência complementar, que é administrada pela entidade fechada de previdência complementar SERPROS, constituída sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos, com **autonomia** administrativo-financeira e personalidade jurídica de direito privado. Os dois planos atualmente ativos são PS-I e PS-II, como apresentado no quadro a seguir:

Descrição		Tipo	Características
Plano PS-I	Benefício Definido (BD)		Plano saldado desde 01/04/2013, sob amparo legal e cujos benefícios já foram concedidos
Plano PS-II	Plano de Contribuição Variável (CV)		Plano aberto para novas adesões e possui características de Contribuição Definida (CD) na fase de acumulação e de Benefício Definido (BD) na fase de pós-concessão.

23.1.1 Obrigações a pagar com plano de previdência

Descrição	Mar/2025	Dez/2024
Ações de Cobrança	13.344	13.344
Contribuições paritárias	11.578	1.856
Total	24.922	15.200

O valor de R\$ 13,3 milhões decorre de ação de cobrança (Processo 0012357-70.2016.401.3400). O SERPROS Fundo Multipatrocinado reclama em juízo tal pagamento, a título de juros incidentes sobre o valor devido a título de aporte financeiro, destinado à viabilização da migração de participantes do Plano Serpro I para o Plano Serpro II (amortização da dotação inicial), e sobre o parcelamento das diferenças referentes à taxa de contribuição prescrita na lei nº 8020/90 - "amortização extraordinária", as quais foram suspensas por determinação do Tribunal de Contas da União à época. Até a data de emissão das demonstrações, não havia sido prolatada a sentença.

Em relação às contribuições paritárias, a diferença observada (R\$ 11,6 milhões em mar/2025, ante R\$ 1,9 milhão em dez/2024) ocorreu pelo pagamento das contribuições de dezembro/2024 antes do encerramento do exercício, justificando a variação observada.

23.2 Assistência à Saúde

É oferecida pelo SERPRO aos empregados e seus respectivos dependentes, por meio do Plano de Assistência à Saúde PAS/SERPRO. Instituído em 1975, o PAS/Serpro é um plano de saúde exclusivo para os empregados. Tem abrangência nacional e atua na modalidade de autogestão, com atividades executadas por prestadores diretamente credenciados e por meio de convênio de reciprocidade de rede com outra operadora.

23.3 Auxílio-alimentação

Concedido mensalmente aos empregados e aos dirigentes na modalidade de cartão eletrônico.

Descrição	Características
	Empregados: R\$ 1.230,72 fixado em Acordo Coletivo de Trabalho-ACT 2024/2025
PLUXEE	Dirigentes: R\$ 997,64, conforme autorização emitida pela Secretaria de Coordenação e Governança das empresas Estatais-SEST

23.4 Plano odontológico

Benefício oferecido aos empregados e ex-empregados, a seus dependentes e agregados, por meio do Plano Odontológico INPAO Dental, mediante adesão voluntária.

24. Benefício a empregados - Pós-emprego

O SERPRO disponibiliza aos seus empregados benefícios de previdência complementar, assistência à saúde, auxílio-alimentação e plano odontológico. Os programas previdenciários e de assistência à saúde oferecidos aos empregados inativos são classificados pelo CPC 33 como benefícios pós-emprego, por serem devidos ao empregado após o término da sua fase laborativa. Visto que o SERPRO adota as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aderentes ao *International Accounting Standards Board (IASB)*, ao fim do encerramento de cada exercício é realizada avaliação, registro e divulgação das obrigações de longo prazo com benefícios de pós-emprego. Considera-se a apuração dos valores de passivo esperados para a contabilização das provisões.

O valor do passivo no início do exercício reflete o cálculo da avaliação atuarial anual realizada sobre os dados de 2024. A variação observada até o 1T25 representa o reconhecimento da parcela proporcional ao período (3/12 avos) da despesa atuarial, calculada por ocasião da avaliação atuarial, que indicou despesas anuais em 2025 de R\$ 31,2 milhões para o PAS/SERPRO, a título de estimativa de custo do serviço corrente, somada ao custo dos juros sobre as obrigações atuariais, além de despesas projetadas para o Programa de Desligamento no total de R\$ 940 mil ao longo de 2025.

Descrição	Mar/2025	Dez/2024
Plano de Assistência à Saúde	242.273	234.475
Programa de Desligamento	9.773	9.538
Total	252.046	244.013

25. Patrimônio Líquido

A redução no Patrimônio Líquido em R\$ 126,1 milhões reflete, sobretudo: a transferência da Reserva de Dividendos Adicionais para o Passivo ainda no mês de março, totalizando R\$ 228,5 milhões a menor no Patrimônio Líquido; o resultado do período totalizando R\$ 93,8 milhões, com impacto positivo no Patrimônio Líquido; e a transferência de R\$ 9,5 milhões de Outros Resultados Abrangentes para o Resultado referente à avaliação atuarial do Programa de Desligamento, com impacto positivo no Patrimônio Líquido.

25.1 Capital social

O capital social do SERPRO manteve-se em R\$ 1.786,2 (um bilhão, setecentos e oitenta e seis milhões).

25.2 Reservas

25.2.1 Reservas de Reavaliação

	Edifícios	Terrenos	Tributos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	63.165	43.035	(15.323)	90.877
Reversão de alienação	-	-	-	-
Realização de reserva por depreciação	(326)			(326)
Atualização Imposto de Diferido			353	353
Saldo em 31 março de 2025	62.839	43.035	(14.970)	90.904

Constituída com base em laudo de reavaliação, efetuado em 2005, esta reserva possui o saldo de R\$ 90,9 milhões, líquidas dos tributos. De acordo com o disposto no art. 6º da Lei nº 11.638/2007, o saldo existente será mantido até sua efetiva realização.

25.2.2 Reservas de Lucros

Representa o saldo da Reserva Legal e Reserva de Retenção de Lucros para expansão.

25.2.2.1 Reserva Legal

O valor destinado para reserva legal no encerramento do exercício de 2024 foi de R\$ 34,3 milhões, correspondente a 5% do lucro líquido do exercício, compondo um saldo final de R\$ 162,7 milhões.

25.2.2.2 Reserva Retenção de Lucros

O saldo constituído no encerramento de 2024 dessa reserva (R\$ 432,9 milhões) permanece sem alteração.

25.2.3 Outros resultados abrangentes

Em Outros Resultados Abrangentes estão registrados ganhos e perdas com o valor justo dos instrumentos financeiros, e, principalmente, da remensuração do passivo atuarial com o Plano PS-I, com o Plano de Saúde - PAS/SERPRO e mais recentemente com o Programa de Desligamento (PDV), líquidos dos tributos diferidos. A ligeira variação (de R\$ 26,6 em dez/24 para R\$ 35,3 em mar/25) refere-se à transferência do saldo do Programa de Desligamento para o Resultado, de modo a melhor representar a avaliação inicial atuarial realizada no PDV.

Descrição	Mar/2025	Dez/2024
Programas Previdenciários	206.504	206.504
Tributos Diferidos sobre Programas Previdenciários	(29.198)	(29.795)
Plano de Assistência à Saúde	(164.811)	(164.811)
Tributos Diferidos sobre Assist. à Saúde	23.303	23.780
Programa de Desligamento	-	(9.538)
Tributos Diferidos sobre Programa de Desligamento	-	1.376
Outros	(548)	(885)
Total	35.250	26.631

26. Resultado do exercício

Descrição	Mar/2025	Mar/2024
Receita Bruta	1.092.350	960.205
(-) Deduções	(123.945)	(115.359)
Receita operacional líquida	968.405	844.846
Custo dos serviços prestados	(481.667)	(450.430)
Lucro bruto	486.738	394.416
Despesas operacionais	(382.207)	(190.965)
Resultado financeiro	63.936	57.477
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	168.467	260.928
Tributos sobre o lucro	(27.184)	(23.847)
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	141.283	237.081

26.1 Receita bruta

Nos termos do CPC 47, o SERPRO adota o critério de reconhecimento da receita ao longo do tempo. A receita é apropriada à medida que o serviço é prestado. Dessa forma, são contabilizadas, além das receitas efetivamente faturadas, as receitas a faturar na mesma competência. Utilizam-se estimativas e premissas que refletem o tamanho e a composição da carteira de clientes. Assim, contabiliza-se mensalmente a receita a faturar em valor estimado, com base na média

observada nos 90 dias que antecedem o período considerado.

26.1.1 Composição da receita bruta por obrigação de desempenho

Descrição (obrigação de desempenho)	Mar/2025	Mar/2024
Hospedagem de Aplicações	616.828	616.530
Desenvolvimento e Manutenção de Software	72.971	43.562
Atendimento a Ambientes de Rede Local	38.565	34.685
Gestão de Margem Consignável	28.324	27.322
Emplaca - Sistema Nacional de Emplacamento	23.708	24.975
Datavalid	21.776	20.997
Consulta Online Senatran	21.531	18.268
Consulta CPF	20.953	16.447
Radar - Sistema de Gestão de Infrações de Trânsito	17.968	15.840
Serpro MultiCloud	44.315	15.420
Demais Obrigações de Desempenho	185.412	126.160
Total	1.092.351	960.206

26.1.2 Composição da receita bruta dos maiores clientes

O Serpro atende clientes públicos, tanto os que participam do Orçamento Geral da União (OGU) quanto as entidades desvinculadas do OGU, além de entidades do setor privado e pessoas físicas. Embora a carteira de clientes públicos seja predominante, em razão das características institucionais definidas na Lei de Criação, ao longo dos últimos anos o Serpro tem ampliado a carteira de clientes privados.

Até março de 2025, a receita bruta com clientes públicos (OGU e Não OGU) alcançou R\$ 882,9 milhões, ante R\$ 789,8 milhões de março de 2024, uma variação positiva de 11,8%. Os cinco principais clientes públicos somam R\$ 707,3 milhões, com destaque para a Receita Federal e o Ministério da Gestão e da Inovação, conforme destacado a seguir:

Cliente Público OGU	Mar/2025	Mar/2024
SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil	434.094	400.730
MGI - Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	156.896	136.719
Ministério dos Transportes	44.596	40.717
STN - Secretaria do Tesouro Nacional	38.317	39.223
PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	33.375	29.905
Total 5 maiores clientes Públicos	707.278	647.294

Quanto aos clientes privados, a receita bruta alcançou R\$ 209,5 milhões, ante R\$ 170,4 milhões de março de 2024, uma variação positiva de 22,9%. Os cinco principais clientes privados somam R\$ 35,3 milhões em 2025, com menos concentração quando comparado aos clientes públicos, conforme destacado a seguir:

Cliente Privado	Mar/2025	Mar/2024
Valid Soluções S.A.	14.213	10.375
B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão	8.689	6.881
Banco Santander (Brasil) S.A.	4.340	5.578
Serv. Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae	4.056	2.741
Banco Pan S.A.	3.981	5.583
Total 5 maiores clientes Privados	35.279	31.158

26.2 Receita líquida

A receita líquida apresentou um acréscimo de R\$123,6 milhões quando comparada ao mesmo período do exercício anterior, acompanhando a variação da Receita Bruta.

Descrição	Mar/2025	Mar/2024
Receita bruta	1.092.350	960.205
Deduções da Receita	(123.945)	(115.359)
(-) ISS	(11.828)	(10.425)
(-) PIS / PASEP	(10.263)	(9.166)
(-) COFINS	(47.298)	(42.263)
(-) ICMS	(4)	(5)
(-) CPRB	(33.409)	(41.683)
(-) Descontos concedidos	(119)	(2.345)
(-) Vendas canceladas	(21.024)	(9.472)
Receita operacional líquida	968.405	844.846

26.3 Custos e despesas totais

26.3.1 Composição dos custos dos serviços prestados

Descrição	Mar/2025	Mar/2024	Mar/2024 Publicado	Reclassificações
Despesas de Pessoal	(319.469)	(295.378)	(295.378)	0
Depreciação/Amortização	(35.407)	(41.332)	(41.332)	0
Locação	(23.685)	(20.799)	(20.799)	0
Manutenção	(16.425)	(29.415)	(29.415)	0
Comunicação	(2.302)	(2.626)	(2.626)	0
Serviços Profissionais	(29.106)	(8.292)	(7.537)	(755)
Serviços Públicos	(3.046)	(4.823)	(4.823)	0
Créditos a Receber	-	-	-	0
Operações Tributárias*	(7)	(492)	(492)	0
Créditos Tributários	55.383	0	0	0
Despesas Tributárias	(55.390)	(492)	(492)	0
Materiais	(237)	(190)	(190)	0
Gastos com Viagens**	(711)	(2.179)	0	(2.179)
Ação Educacional**	(111)	(321)	0	(321)
Publicidade**	0	(585)	0	(585)
Resultado com ações Judiciais	0	0	0	0
Exploração de Serviços	(51.698)	(46.229)	(46.229)	0
Outros custos	537	2.231	(1.609)	3.840
Totais	(481.667)	(450.430)	(450.430)	0

*Valores de provisões tributárias constantes de Outros custos passaram a compor Operações Tributárias (despesas e créditos tributários)

** Valores antes considerados como "Outros Custos" e "Serviços Profissionais" foram reclassificados para os novos grupos Gastos com Viagens, Ação Educacional e Publicidade.

26.3.2. Despesas com vendas, gerais e administrativas e outras despesas por natureza

Descrição	Despesas com Vendas		Despesas Gerais e Administrativas		Perdas Líquidas		Outras despesas e receitas operacionais	
	Mar/25	Mar/24	Mar/25	Mar/24	Mar/25	Mar/24	Mar/25	Mar/24
Despesas de Pessoal	(19.463)	(48.800)	(232.143)	(125.656)	0	0	0	0
Depreciação/Amortização	(81)	(248)	(21.997)	(9.525)	0	0	0	0
Locação	(17)	(194)	(7.093)	(1.081)	0	0	0	0
Manutenção	(250)	(1.034)	(8.609)	(2.513)	0	0	0	0
Comunicação	(21)	(28)	(311)	(170)	0	0	0	0
Serviços Profissionais	(171)	(3.323)	(40.578)	(10.144)	0	0	0	0
Serviços Públicos	(87)	(763)	(2.969)	(748)	0	0	0	0
Créditos a Receber	0	0	0	0	3.701	(31.390)	0	0
Operações Tributárias	0	(77)	(8.904)	(897)	0	0	0	0
Créditos Tributários	0	0	0	0	0	0	0	0
Despesas Tributárias	0	(77)	(8.904)	(897)	0	0	0	0
Materiais	(9)	(19)	(174)	(83)	0	0	0	0
Gastos com Viagens	(172)	(886)	(1.353)	(143)	0	0	0	0
Ação Educacional	(9)	(76)	(544)	(17)	0	0	0	0
Publicidade	(455)	(85)	(222)	(12)	0	0	0	0
Resultado com ações								
Judiciais	0	0	(39.577)	48.808	0	0	0	0
Exploração de Serviços	0	0	(133)	0	0	0	0	0
Outras despesas	(1.510)	16	1.022	(1.875)	0	0	(78)	(3)
Totais	(22.245)	(55.517)	(363.585)	(104.056)	3.701	(31.390)	(78)	(3)

26.3.3 Gasto total

O quadro abaixo apresenta os custos dos serviços prestados (nota 26.3.1) somados às despesas operacionais (nota 26.3.2), apresentado de forma comparativa.

Descrição	Mar/2025	Mar/2024
Despesas de Pessoal	(571.075)	(469.834)
Depreciação/Amortização	(57.485)	(51.105)
Locação	(30.795)	(22.074)
Manutenção	(25.284)	(32.962)
Comunicação	(2.634)	(2.824)
Serviços Profissionais	(69.855)	(21.759)
Serviços Públicos	(6.102)	(6.334)
Créditos a Receber	3.701	(31.390)
Operações Tributárias	(8.911)	(1.466)
Créditos Tributários	55.383	0
Despesas Tributárias	(64.294)	(1.466)

Descrição	Mar/2025	Mar/2024
Materiais	(420)	(292)
Gastos com Viagens*	(2.236)	(3.208)
Ação Educacional*	(664)	(414)
Publicidade*	(677)	(682)
Resultado com ações judiciais	(39.577)	48.808
Exploração de Serviços	(51.831)	(46.229)
Outros	(29)	369
Totais	(863.874)	(641.396)

* Valores antes considerados como "Outros Custos" e "Serviços Profissionais" foram reclassificados para os novos grupos Gastos com Viagens, Ação Educacional e Publicidade.

A estrutura de gastos do SERPRO de R\$ 863,9 milhões foi composta de 55,8% (R\$ 481,7 milhões) de custos e 44,2% (R\$ 382,2 milhões) de despesas. Houve ampliação de R\$ 222,5 milhões do gasto total (35,7%), na base comparativa, frente ao mesmo período do ano anterior.

Das despesas apresentadas no quadro anterior, destaca-se:

Despesas com pessoal, aumento de R\$ 101,2 milhões (21,6%): Crescimento derivado, sobretudo, de: (i) aumento da contribuição Patronal ao INSS, principalmente em razão da reoneração gradativa da folha de pagamento +R\$ 26,8 milhões; (ii) absorção de 560+ novos empregados ao longo de 2024 mais crescimento vegetativo da folha +R\$ 19,9 milhões; (iii) Programas de incentivos de desligamento +R\$ 8,4 milhões; (iv) incorporações administrativas +R\$ 7,5 milhões; (v) gastos com plano de saúde com a operadora CASSI +R\$ 6,6 milhões; (vi) aumento na contribuição ao Serpros devido ao aumento da contribuição dos empregados (ACT e eventos funcionais) +R\$ 3,9 milhões.

Serviços Profissionais, aumento de R\$ 48,1 milhões (221,0%): O crescimento foi derivado dos gastos com parcerias para estruturação de novos negócios, cuja variação foi de R\$ 45,9 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior.

Ações Judiciais, aumento de R\$ 88,4 milhões (181,1%): O aumento observado decorre da conjuntura jurídica que, no ano anterior, foi favorável ao Serpro com a reversão de provisões judiciais, alcançando um resultado positivo de R\$ 48,8 milhões.

26.4 Resultado Financeiro

Receitas Financeiras	Mar/2025	Mar/2024
Juros sobre aplicações financeiras	60.635	43.376
Atualização sobre créditos tributários	7.052	2.213
Multas e juros de clientes	5.218	5.167
Atualização monetária de ativos	2.315	4.961
Outras receitas financeiras	2.603	6.568
Total das Receitas Financeiras	77.823	62.285
Despesas Financeiras		
Atualização de dividendos	(9.425)	(2.358)
Juros e atualizações monetárias (PAT-SP)	(1.999)	(1.397)
Variações cambiais	(1.303)	(18)
Descontos concedidos a clientes	(866)	(832)
Outras despesas financeiras	(294)	(202)
Total das Despesas Financeiras	(13.886)	(4.807)
Resultado Financeiro (Receitas Financeiras – Despesas Financeiras)	63.936	57.478

A variação da receita financeira decorreu, principalmente, do aumento dos juros sobre as aplicações financeiras, em razão da manutenção de recursos em contas de rendimento para cobrir as necessidades de caixa futuras. Quanto à variação da despesa financeira, destaca-se a atualização dos dividendos (obrigatório e adicional) até a data do efetivo pagamento (no ano anterior o saldo apresentava apenas a atualização dos dividendos obrigatórios, pois o acionista requereu dividendos adicionais apenas no mês de abril).

26.5 Tributos sobre o lucro

O SERPRO apura o IRPJ e a CSLL pelo regime de tributação do Lucro Real, na modalidade anual.

No exercício de 2019, amparado em decisão na Ação Cível Originária-2.658/DF transitada em julgado e nos Pareceres Técnicos de sua assessoria jurídica, aplicou-se a imunidade tributária recíproca ao IRPJ, excluindo do Lucro Real o resultado atribuído aos serviços prestados aos órgãos e às entidades públicas, mantendo a tributação sobre o resultado da parcela não imune (serviços prestados a entidades privadas). Por inexistir regra específica para as empresas públicas, quanto à escrituração das obrigações acessórias para apuração dos resultados imune e não imune, a segregação dos lucros oriundos do poder público daqueles provenientes das entidades de direito privado foi proporcional à receita líquida faturada.

26.5.1 Imposto de Renda – IRPJ e Contribuição Social – CSLL

Descrição	Mar/2025	Mar/2024
IRPJ e CSLL correntes	(27.795)	(37.013)
IRPJ e CSLL diferidas	610	13.166
Total	(27.185)	(23.847)

26.5.2 Conciliação da despesa com IRPJ e CSLL

Descrição	Mar/2025	Mar/2024
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	168.467	260.928
(a) Tributos sobre o lucro (34%)	(57.279)	(88.716)
(b) Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:	29.484	51.703
Exclusão de lucro atribuído ao setor público	19.655	41.085
Adições e Exclusões s/ diferenças temporárias	(8.211)	371
Juros sobre capital próprio	16.137	12.413
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	6.023	-
Outras adições e exclusões	(4.693)	(2.425)
Incentivos Fiscais – Inovação Tecnológica	-	-
Incentivos Fiscais – PAT e Licença Maternidade	573	259
(c) Total dos Tributos Correntes (a) + (b)	(27.795)	(37.013)
Reversão Tributos s/ Prejuízo Fiscal	-	-
Constituição/Reversão de tributos diferidos s/ diferenças temporárias	610	13.166
(d) Total dos Tributos Diferidos	610	13.166
(e) Total dos Tributos Correntes e Diferidos (c) + (d)	(27.185)	(23.847)
Alíquota efetiva (Total / Lucro)	-16,14%	-9,14%

O aumento da alíquota efetiva de 2024 para 2025 decorre, principalmente, dos reflexos nas diferenças temporárias ajustadas, detalhadas no quadro a seguir:

Adições e Exclusões s/ diferenças temporárias	Mar/2025	Mar/2024
Provisão Ativa Receita a Faturar	29.067	(27.838)
Provisões de processos trabalhistas, fiscais e cíveis	11.578	(58.219)
Provisão sobre créditos de liquidação duvidosa	(3.732)	22.837
Passivo atuarial	17.570	10.365
Provisões sobre imunidade tributárias	(19.961)	29.552
Provisões sobre Medidas Compensatórias	4.172	19.807
Demais provisões passivas	(14.546)	2.404
Total	24.148	(1.092)

26.5.3 Apuração do lucro atribuído ao setor público, com exclusão do IRPJ

Descrição	Mar/2025	%	Mar/2024	%
Receita Operacional Líquida	968.405		844.846	
(+/-) Receita operacional líquida a faturar	29.067		(27.838)	
Receita Operacional Líquida a distribuir	997.472		817.008	
Receita líquida atribuída ao setor público	792.423	79,4432	635.298	77,7589
Receita líquida atribuída ao setor privado	205.049	20,5568	181.710	22,2411

Descrição	Mar/2025	%	Mar/2024	%
Lucro Líquido antes dos tributos sobre o lucro	168.467		260.928	
Adições/Exclusões	(69.504)		(49.582)	
Tributos com exigibilidade suspensa	1.778		9.139	
Realização de Reserva de Reavaliação	326		336	
Ajuste art 58 da Lei nº 12973/14	39		44	
Outras Despesas e Receita art 187 Lei nº 6404/76	78		(30)	
Receita Financeira que excede a despesa financeira	(71.725)		(59.071)	
Lucro Líquido ajustado a atribuir	98.963		211.346	
Lucro atribuído ao Setor Público Imune de IRPJ	78.619	79,4432	164.340	77,7589
Lucro atribuído ao Setor Privado	20.344	20,5568	47.006	22,2411
IR s/ Lucro atribuído ao Setor Público	19.655		41.085	

Trata-se de detalhamento da apuração do lucro na prestação de serviço atribuído ao setor público imune de IRPJ (R\$ 78,6 milhões), que corresponde à exclusão de R\$ 19,7 milhões do IRPJ corrente no primeiro trimestre de 2025.

26.5.4 Movimentação de saldos dos ativos e passivos fiscais diferidos

Descrição	Dez/2024	DRE	PL	Mar/2025
(a) Ativo fiscal diferido – Não Circulante	163.155	(5.310)	36	157.881
Provisões de processos trabalhistas, fiscais e cíveis	54.282	1.120		55.402
Passivo atuarial	5.412	901	126	6.439
Provisões sobre imunidade tributárias	44.923	(3.723)		41.200
Provisão sobre créditos de liquidação duvidosa	17.326	(3.457)		13.869
Provisões trabalhistas	25.807	(488)		25.319
Medidas compensatórias	12.196	346		12.542
Outras provisões	3.209	(9)	(90)	3.110
(b) Passivo fiscal diferido – Não Circulante	(72.896)	4.719	0	(68.177)
Provisão Ativa – Receita a Faturar (CPC 47)	(22.295)	4.557		(17.738)
Provisões de processos trabalhistas – PSE	(17.650)	(217)		(17.867)
Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis	(15.323)	353		(14.970)
Provisão ativa – Fundos de Pensão	(17.628)	26		(17.602)
(c) Créditos Fiscais Diferidos Não Circulante (b) + (c)	90.259	(591)	36	89.704

Os tributos diferidos foram reconhecidos com a aplicação das alíquotas nominais da contribuição social (9%) e do imposto de renda (25%) sobre as diferenças tributárias temporárias dedutíveis e tributáveis, conforme CPC 32 – Tributos sobre o Lucro. O saldo líquido de R\$ 89,7 milhões resulta da diferença entre o ativo fiscal diferido (R\$ 157,9 milhões) e o passivo fiscal diferido (R\$ 68,2 milhões). O crédito relativo às provisões sobre imunidade tributárias foi constituído sobre o ISS, PASEP/COFINS a devolver aos clientes e sua reversão ocorrerá na liquidação dessas provisões. O IRPJ diferido passou, a partir de dezembro de 2021, a ser constituído sobre a base fiscal das diferenças temporárias (provisões ativas e passivas) excluída da parcela proporcional ao setor público, mantendo equivalência com o tributo corrente provisionado.

26.5.5 Reflexo da aplicação da imunidade tributária no IRPJ

Na apuração dos tributos correntes, a imunidade teve os seguintes impactos:

Descrição	Com Imunidade	Sem Imunidade	Efeito
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	168.467	168.467	0
(a) Tributos sobre o lucro (34%)	(57.279)	(57.279)	-
(b) Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:	29.484	16.055	13.429
Incentivos fiscais	573	903	(330)
Demais adições e exclusões (afetaram o cálculo tributário)	3.233	3.233	-
Exclusão do lucro atribuído ao setor público	19.655	-	19.655
AFD sobre Prejuízo Fiscal não constituído	6.023	11.919	(5.896)
(c) Despesa de IRPJ e CSLL correntes (a) + (b)	(27.795)	(41.224)	13.429

Sem a aplicação da Imunidade tributária, a despesa aumentaria em R\$ 19,7 milhões, considerando o acréscimo do lucro atribuído ao setor público.

Nos termos do ICPC 22 - Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro, sobre como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 -Tributos sobre o lucro, a empresa avaliou os requisitos da norma e não identificou impacto quanto à contabilização de passivos, visto que os procedimentos aplicados na apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro seguem a legislação e decisões de tribunais administrativos e judiciais.

27. Partes relacionadas

Conforme política específica sobre o tema, Partes Relacionadas são as pessoas ou entidades que estejam relacionadas com o pessoal-chave da administração do Serpro, sendo consideradas: (i) a União, as empresas estatais e as pessoas físicas e jurídicas que possuem influência significativa; (ii) ex pessoal-chave da administração, inativo ou aposentado do Serpro, desde que tenham comprovada influência significativa; (iii) qualquer pessoa física ou jurídica que tenha controle ou poder de voto sobre o Serpro, individual ou em conjunto, direta ou indiretamente, caracterizando influência significativa; (iv) pessoal-chave da administração do Serpro – Fundo Multipatrocinado que esteja incumbido de manter plano de benefício pós-emprego dos empregados do Serpro; e (v) membros da família ou próximos da família da pessoa em condição de Parte Relacionada. Considera-se União para fins de transação com partes relacionadas os órgãos do Poder Executivo, seja da Administração Federal Direta ou Indireta.

27.1 Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC

A EFPC SERPROS Fundo Multipatrocinado é considerada parte relacionada do SERPRO, nos termos que definem a NBC TG 05, tendo em vista que os Conselhos Deliberativo e Fiscal da entidade são formados, paritariamente, por conselheiros indicados pela Patrocinadora SERPRO e por conselheiros eleitos pelos participantes e assistidos.

27.1.1 Transações com EFPC SERPROS Fundo Multipatrocinado - Balanço

Operação	AC	ANC	PC	PNC
Letras Tesouro Santa Catarina		124.495		
Retenções e repasses			9.886	
Contribuições Paritárias			11.578	
Ações de Cobrança			13.344	
Benefícios Pós-Emprego				
Total	-	124.495	34.808	-

27.1.2 – Transações com EFPC SERPROS Fundo Multipatrocinado - DRE

Operação	(Despesas) / Receitas
Contribuições à EFPC	(35.149)
Atualização Monetária – Letras Financeiras de Santa Catarina	2.315
Total	(32.834)

27.1.3 Composição dos Conselhos e Diretoria da Entidade

Descrição			Indicação	Eleição
Conselho Deliberativo (CDE)	Presidente	Paulo Mendonça Júnior	x	
	Conselheiro	Kleber Pereira dos Santos	x	
	Conselheiro	Felipe Porto Padilha	x	
	Conselheiro	Luiz Antônio Martins		x
	Conselheiro	Maurício Vasconcellos Saraiva		x
	Conselheiro	André Gianini		x
Conselho Fiscal (COF)	Presidente	Mauro Roberto Simião		x
	Conselheiro	Ana Maria Mallmann Costi		x
	Conselheiro	Georges Leitão dos Santos	x	
	Conselheiro	Fernanda Pereira da Rosa Gomes	x	

			Participante/ Beneficiário	Eleição
Diretoria Executiva (DE)	Diretor-Presidente	Edilene dos Reis Rocha Araújo	x	
	Diretor Seguridade	Alexandre José Valadares Jordão	x	x
	Diretor Investimento	Leonardo Dias Baptista Gomes	x	

Conforme estabelecido no Estatuto Social, o Conselho Deliberativo da EFPC é composto de 6 (seis) membros, sendo 3 (três) indicados pela Patrocinadora SERPRO e os demais escolhidos pelos participantes e assistidos, por meio de eleição direta. O Conselho Fiscal, composto de 4 (quatro) membros, também apresenta composição paritária, sendo 2 (dois) indicados pela Patrocinadora e os demais eleitos. A Diretoria Executiva, órgão de administração geral da EFPC SERPROS, é composta por 3 (três) membros, sendo que pelo menos 2 (dois) participantes devem ser ou receber benefício da EFPC SERPROS.

27.2 Transações com a União

No Serpro, conforme política específica, as transações com partes relacionadas abrangem as operações com a União e com as demais empresas estatais.

27.2.1 – Operações de venda

O Serpro mantém contratos de prestação de serviços com entidades do Setor Público Federal, cujo faturamento no 1º Trimestre de 2025 somou R\$ 879,8 milhões. A relação dos 10 maiores, que representam 89,9% do total, está apresentada a seguir, com destaque para a Secretaria da Receita Federal e para o Ministério de Gestão, Inovação e Serviços Públicos.

	Receita Bruta 1º Tri 2025	Valores em aberto 2025	Valores em aberto de anos anteriores	Valores em aberto TOTAL
Secretaria da Receita Federal do Brasil	435.349	384.773	36.037	420.810
Ministério Gestão Inovação Serv Públicos	161.455	231.737	29.909	261.646
MF Procuradoria Geral Fazenda Nacional	44.596	28.643	606	29.249
Secretaria do Tesouro Nacional	38.652	9.121	0	9.121
Ministério dos Transportes	35.031	3.676	394	4.070
MF Diretoria de Adm. Log.	30.329	14.305	3.612	17.917
Caixa Econômica Federal	18.292	549	400	949
Ministério da Educação	9.901	2.577	109	2.686
Ministério da Saúde	9.107	6.036	1	6.037
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente	7.965	2.015	287	2.302
Demais Clientes	89.151	55.112	14.391	69.503
Total	879.828	738.544	85.746	824.290

As Medidas Compensatórias decorrem da exploração de serviços pelo Serpro, por meio da utilização da base de dados de propriedade dos clientes. Contabilmente estão registradas como custo dos serviços prestados.

Quanto aos valores em aberto, apresentados no quadro anterior, estes estão distribuídos conforme a seguir, separados pela idade dos créditos a receber:

Descrição	1º Tri 2025	%
Créditos a receber de clientes a vencer	428.620	52%
Vencidos até 30 dias	254.474	31%
Vencidos de 31 a 60 dias	7.467	1%
Vencidos de 61 a 90 dias	40.860	5%
Vencidos de 91 a 180 dias	15.236	2%
Vencidos de 181 a 365 dias	64.083	8%
Vencidos mais de 365 dias	13.550	2%
Total	824.290	100%

Há ainda as Medidas Compensatórias, que são valores que o Serpro devolve a alguns clientes. Decorrem da exploração de serviços pelo Serpro, por meio da utilização da base de dados de propriedade dos clientes. Contabilmente estão registradas como custo dos serviços prestados. Os valores devolvidos em 2025 estão apresentados a seguir:

	Medidas Compensatórias em 2025
Secretaria da Receita Federal do Brasil	18.092
Ministério Gestão Inovação Serv Públicos	6.065
Ministério dos Transportes	23.501
Total	47.658

27.2.2 – Operações Financeiras: Aplicações e Depósitos Judiciais

O Serpro mantém no Banco do Brasil (BB) e na Caixa Econômica Federal (CEF), duas instituições financeiras vinculadas à Administração Pública Federal, o excedente de caixa no importe de R\$ 1.324,6 milhões (Nota 4) e os depósitos judiciais e recursais efetuados a pedido da justiça alcançaram o montante de R\$ 416,5 milhões (Nota 10).

27.2.3 – Ressarcimento de gastos com cessão de pessoas

O Serpro emite Notas de Ressarcimento (NR) para reaver gastos com a folha de pagamento de empregados que se encontram cedidos a órgãos da Administração Pública. Durante o 1T25 foram emitidos R\$ 52,4 milhões em NRs, cujos 05 órgãos em maior volume financeiro (94,9% do total) encontram-se elencados a seguir:

	Ressarcimentos 1º Tri 2025	Ressarcimentos 1º Tri 2024
Secretaria da Receita Federal	39.639	48.352
Ministério da Gestão e Inovação	3.857	4.134
Advocacia-Geral da União	3.797	5.341
Presidência da República	1.346	2.069
Ministério do Trabalho e Previdência	1.145	1.713
Demais Órgãos	2.633	15.227
Total	52.417	76.836

27.2.4 – Imunidade Tributária

A empresa mantém R\$ 268,9 milhões registrados no passivo, referentes aos benefícios da imunidade tributária sobre os tributos ISS e PIS-PASEP/COFINS incidentes sobre a receita bruta. Como a aplicação da imunidade incidiu sobre os clientes públicos e como é mantido no passivo o saldo dos clientes com maior representatividade (nota 23.1), o saldo total passivo se refere a partes relacionadas. Cumpre ressaltar que a Administração pretende realizar os valores por negociação específica com cada cliente, levando em consideração, sobretudo, os valores a receber junto a cada órgão, por meio de encontro de contas, haja vista os valores em aberto (nota 27.2.1).

28. Outras notas explicativas

Nos termos do que define a Resolução CGPAR/ME nº 30 de agosto de 2022, o SERPRO apresenta em suas notas explicativas, para fins de transparência, as informações que se seguem.

28.1 Remunerações

Os valores pagos no 1º trimestre de 2025 a título de remuneração de empregados, diretores e conselheiros de administração e fiscal, assim como comitês, constam nos detalhamentos a seguir.

28.1.1 Valores pagos

Remuneração	Mar/2025
Empregados	399.335
Diretores	764
Conselho de Administração	65
Conselho Fiscal	39
Comite de Auditoria	49
Soma Global	400.252

28.1.2 Remuneração média dos diretores, incluindo o Diretor-Presidente

A remuneração média dos diretores do SERPRO, incluindo gratificações e benefícios, foi de R\$ 43.090,23. O valor computa, além das rubricas salariais, os valores com benefícios (alimentação, auxílio moradia, plano de saúde e previdência complementar), e não considera gratificação natalina ou de férias. A maior remuneração foi de R\$ 51.050,78 e a menor foi de R\$ 40.353,08, também considerando vantagens e benefícios, e excluindo os impactos da gratificação natalina e de férias. O honorário fixo, sem gratificações e benefícios, é de R\$ 44.722,07 para o Diretor Presidente e de R\$ 39.355,44 para os demais diretores. Para o cálculo da média, os períodos trabalhados parcialmente foram considerados na sua proporcionalidade.

28.1.3 Remuneração dos conselheiros fiscais, de administração e dos membros do Comitê de Auditoria

Os honorários mensais dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal são um décimo da remuneração da média mensal dos membros da Diretoria Executiva, no total de R\$ 4.346,56/mês para cada

Conselheiro. Os honorários dos membros do Comitê de Auditoria são no valor de R\$ 5.443,90/mês para cada membro.

28.1.4 Remuneração dos empregados

As remunerações para o quadro de empregados sem função de chefia, varia de R\$ 2.221,11 a R\$ 69.971,08. A média salarial para esses cargos é de R\$ 15.819,23. Esta amplitude na maior remuneração refere-se à incorporação de horas extras, gratificações e adicional por tempo de serviço. Para os cargos com função de chefia, o intervalo de variação está compreendido entre R\$ 6.816,66 e R\$ 59.786,81 e média de R\$ 23.953,67. A média salarial de todos os empregados da empresa é de R\$ 16.850,42.

28.2 Empregados

Descrição	Mar/2025
Número de empregados	7.494
Quadro Interno	6.160
Quadro Externo	1.334

28.3 Benefícios

Descrição	Mar/2025
Assistência Médica	68.946
Assistência Odontológica	362
Auxílio Alimentação	27.536
Auxílio Creche	1.330
Auxílio Filhos Especiais	1.521
Previdência Complementar	35.287
Auxílio Transporte	82
Soma Global	135.064

29. Condições específicas do Serpro

Dadas as características especiais do SERPRO, sobretudo: (i) sua constituição por capital 100% público, tendo por acionista unicamente a União desde a sua criação (Lei nº 4.516 de 1º de dezembro de 1964), (ii) sua vocação prevista no Estatuto Social para atendimento às demandas tecnológicas, nos campos de sua atuação, de órgãos públicos, especialmente os Ministérios da Fazenda e do Planejamento, e (iii) a construção de soluções digitais capazes de aproximar o cidadão do Estado, observável nos diversos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal, percebe-se que a Empresa desenvolve atividades essenciais ao funcionamento do Estado, diferenciando-se, portanto, de outras organizações.

29.1 Contratações pelo poder público

O SERPRO possui dispositivos legais que contribuem para sua participação na construção de soluções tecnológicas para o poder público. A própria Lei nº 5.615 de 13 de outubro de 1970, que dispõe sobre o SERPRO, estabelece que:

Art. 2º É dispensada a licitação para a contratação do Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO pela União, por intermédio dos respectivos órgãos do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento,

Orçamento e Gestão, para a prestação de serviços de tecnologia da informação considerados estratégicos, relacionados com as atividades de sua especialização.

(...)

§ 4º O disposto neste artigo não constitui óbice a que todos os órgãos e entidades da administração pública venham a contratar serviços com o Serpro, mediante prévia licitação ou contratação direta que observe as normas gerais de licitações e contratos.

(...)

Art. 2º-B. É o Serpro autorizado a aplicar a disponibilidade de sua capacidade técnica e operacional na execução de serviços que venham a ser contratados com outros órgãos e entidades, desde que garantida a disponibilidade de recursos necessários aos órgãos dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Art. 3º Os serviços prestados pelo SERPRO serão remunerados e objeto de convênio ou ajuste, independentemente de licitação.

Parágrafo único. Os convênios e ajustes firmados com o SERPRO não estão sujeitos a qualquer registro.

Além disso, o respaldo nas leis de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666/93 e Lei nº 14.133/21) faz com que o SERPRO seja contratado pelo setor público de forma dispensável, conforme os seguintes dispositivos:

Lei 8.666/93

Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

VIII - para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para esse fim específico em data anterior à vigência desta Lei, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado;

(...)

XVI - para a impressão dos diários oficiais, de formulários padronizados de uso da administração, e de edições técnicas oficiais, bem como para prestação de serviços de informática a pessoa jurídica de direito público interno, por órgãos ou entidades que integrem a Administração Pública, criados para esse fim específico;

Lei 14.133/21

Art. 75. É dispensável a licitação:

(...)

IX - para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integrem a Administração Pública e que tenham sido criados para esse fim específico, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.

29.2 Imunidade Tributária

O Supremo Tribunal Federal, por meio da Ação Cível Originária nº 2.658, assegurou ao Serpro o direito à imunidade tributária prevista no art. 150, IV, a, da Constituição Federal, concluindo que a Empresa Pública preenche os requisitos necessários para gozar dos benefícios, não só com relação aos impostos federais, situação já prevista na citada lei federal, mas também com relação aos impostos estaduais (objeto da referida ACO). O expediente é aplicável somente sobre o patrimônio, os bens e os serviços utilizados na prestação de serviços públicos, devendo o SERPRO tributar regularmente as atividades destinadas às empresas de direito privado.

A imunidade tributária aplicada ao Serpro gera um diferencial em relação às empresas do setor privado, que não gozam da característica.